

STF convoca audiência pública para discutir aborto por anencefalia

No último dia 30, o Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou, em seu site (www.stf.gov.br), a decisão do Ministro Marco Aurélio de convocar audiência pública para ouvir a sociedade civil sobre a liminar concedida por ele, que autoriza a antecipação terapêutica do parto em casos de anencefalia do feto, sem que seja necessário autorização judicial para a realização do procedimento médico.

Segundo indicação do Ministro, este será um momento para ouvir não somente as entidades que motivaram o processo, mas, mas também aquelas que solicitaram voz neste debate, tendo reconhecida atuação no campo dos direitos reprodutivos. Dessa forma, além da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, que solicitou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental [ADPF], serão ouvidas/os representantes da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Sociedade Brasileira de Genética Clínica, Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, Conselho Federal de Medicina, Católica pelo Direito de Decidir, Rede Nacional Feminista de Saúde, Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. De forma a pluralizar a discussão no campo religioso, o ministro convidou ainda: a Igreja Universal, Escola de Gente e a CNBB para tomar parte da audiência, que ainda não está com data definida.

A jornalista Fabiana Paranhos, do Anis, ressalta a importância dos movimentos de mulheres se organizarem para esta ação, que é um marco simbólico na discussão do Aborto no Brasil e também de aproximação das organizações não-governamentais com a Justiça brasileira, "pois é a primeira vez, em 194 anos de história do STF, que a sociedade civil é chamada para expressar seu ponto de vista".

Chamado para o 25 de novembro

A Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe (RSMLAC) em seu chamado à ação para o 25 de novembro - Dia Internacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, destaca os dez anos da ratificação da *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher* (Belém do Pará) pela Assembléia Geral das Organizações dos Estados Americanos (OEA).

A Convenção de Belém do Pará revela-se de extrema importância para a garantia dos direitos humanos das mulheres, pois tem características que a distingue de outros convênios ou tratados internacionais, sendo um dos textos jurídicos que mais vem contribuindo para esclarecer que a violência contra as mulheres é uma violação a seus direitos humanos. Dentre seus diferenciais, está a indicação de que é responsabilidade do Estado, e não somente da sociedade civil, assumir compromissos para a eliminação dos mais variados tipos de violência sofrida pelas mulheres. Este avanço se deve ao fato da Convenção romper com o conceitos retrógrados de que os atos de violência e abuso contra as mulheres seriam fatos do âmbito privado, considerados naturais.

Em seus artigos mais relevantes, a Convenção de Belém do Pará define o que se entende por violência contra a mulher, estabelece os direitos protegidos, enumera os deveres dos Estados; e explicita os mecanismos de proteção que devem ser implementados.

Como se trata de um instrumento jurídico de caráter vinculante, obriga aos Estados que a ratificaram a tomar ações previstas na Convenção. Por isso, a campanha do 25 de novembro deste ano deve reforçar a necessidade de trabalhar a divulgação do conteúdo da Convenção entre as organizações de mulheres, para que este documento seja tomado como um instrumento cotidiano, motivando a formulação de denúncias e queixas ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para que a aplicação da Convenção seja garantida.

Buscando fortalecer estas ações nos países da América Latina e do Caribe, a RSMLAC está recebendo até o dia 10 de outubro, projetos de organizações que planejam atividades para o 25 de novembro. Cada projeto pode solicitar até U\$ 500 (quinhentos dólares) para realização de atividades de comunicação, intervenções públicas ou ações de sensibilização em grupos.

Mais informações: campanas@reddesalud.org

Mulheres presentes na discussão sobre Comércio e Agricultura Sustentável

A agricultura continua no centro das atuais negociações sobre a liberalização do comércio, já que a venda de produtos agrícolas é ainda uma das maiores fontes de divisas para os países em desenvolvimento. Por isso, está no centro das disputas protecionistas nos acordos internacionais e particularmente no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMS).

Para refletir sobre qual é o papel do comércio agrícola na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento regional, o Programa Cone Sul Sustentável realiza dias 13 e 14 de outubro, no Rio de Janeiro, o Seminário Comércio, Agricultura e Sustentabilidade.

Integrantes do GT Gênero, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) estarão presentes para garantir que a perspectiva das mulheres seja colocada de forma clara na formulação de recomendações contra o avanço indiscriminado do livre-comércio. As experiências das trabalhadoras rurais do Norte do Brasil estarão representadas nas presenças de Fátima Dourado (Tocantins), Eunice Santana (Pará), Viviane Leodegaria (Acre) e Socorro Padro (Amazonas). O encontro acontece no Rio de Janeiro e está sendo organizado pela REBRIP e pelo Projeto Brasil, com o apoio da Fundação Heinrich Böll.

8º Encontro RFS

A discussão sobre como o feminismo vem contribuindo para radicalização da democracia será o tema central do 8º Encontro Nacional da Rede Feminista da Saúde (Caeté_MG, 21-24 de outubro/2004). Além do debate sobre estratégias para avançar nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos de mulheres e homens, o encontro da Rede vai ter entre seus eixos temáticos "a luta feminista contra a globalização excludente e o modelo neoliberal".

Fátima Oliveira (Rede Feminista da Saúde), Betânia Ávila (SOS Corpo), Eleonora Menicucci (Plataforma DhESC), Marilena Chauí (USP), Maria José Oliveira (Ministério da Saúde), Maria José Rosado Nunes (Católicas pelo Direito de Decidir), Sílvia Camurça (AMB), são algumas das expositoras já confirmadas.

Alternativas para as Américas

Até o próximo dia 10 de outubro, todas as entidades envolvidas no Comitê de Mulheres da ASC – que reúne entidades feministas ou que trabalham a partir de uma perspectiva de gênero em todas as Américas, desde Canadá até Argentina – devem encaminhar suas proposições para a reformulação do capítulo sobre Gênero incluído no documento "Alternativas para as Américas".

A decisão de alterar o texto foi aprovada na última reunião do Comitê de Mulheres da ASC, realizada em Quito, durante o Fórum Social das Américas, quando se avaliou que a reformulação deveria ampliar os consensos existentes, de modo a incluir necessidades e propostas dos movimentos de mulheres aos atuais processos de negociação comercial. O documento traz propostas alternativas ao livre comércio, debatidas na perspectiva da integração dos povos de todo o continente. Mais informações: graciela@sere.org.br.

Contra o livre comércio na América Central

No próximo dia 12 de outubro, todo o continente americano estará mobilizado contra o livre comércio, nas várias ações do Grito das/os Excluídas/os Continental. Os países centro-americanos terão uma das maiores mobilizações do continente, na tentativa de alertar para os perigos do avanço das negociações do Acordo de Livre Comércio EUA-América Central (Cafta).

Entre os temas das manifestações que ocorrerão nos cinco países que fazem parte da Convergência dos Movimentos Populares da América Central (COMPACTA) – Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Costa Rica – estão: a não-ratificação do Cafta, a não-privatização da água, o fechamento do Banco Mundial e a retirada das tropas salvadorenhas do Iraque. Além das marchas populares, delegados da COMPACTA visitarão os parlamentos de cada país, levando as reivindicações dos movimentos sociais. Cartas também serão enviadas a deputados e funcionários de governo, pedindo que não apoiem o Cafta.

Formação em Gênero e Comércio

A Rede Internacional de Gênero e Comércio – Capítulo Latino-americano (IGTN-LA), convida a todas/os para o Programa de Formação em Gênero e Comércio. Podem participar ativistas do movimento de mulheres (além de outras organizações sociais e de base), sindicatos e setor acadêmico. A primeira atividade será um seminário de capacitação virtual 2004-2005, cuja primeira etapa acontece dia 09 de outubro. A formação é composta por leitura de bibliografia recomendada, participação em fóruns de debate, exercícios e uma monografia. Numa segunda etapa, haverá troca e consolidação de conhecimentos e experiências de incidência na região.

O programa de formação conta com o patrocínio do UNIFEM e de WIDE (Network Women in Development Europe). O seminário acontecerá à distância, em espanhol e português, através do site www.generoycomercio.org. Informações: Norma Sanchis (IGTN-LA) seminariovirtual@generoycomercio.org. Inscrições: www.generoycomercio.org/formacion.